

● PARLAMENTO

Debate sobre a Europa com desafios e acusações

JORGE FREITAS SOUSA
jfsousa@dn.pt

A Madeira apresenta taxas de execução dos fundos comunitários, nomeadamente do Plano de Recuperação e Resiliência, superiores às médias nacionais e europeias e esse foi um dos destaques da intervenção de Duarte Freitas no debate do Relatório sobre a Madeira na União Europeia, relativo a 2024, que decorreu, ontem, na Assembleia Legislativa.

O secretário regional de Finanças destacou o empenho do Governo Regional em "conquistas concretas, que fortalecem a posição da Madeira no contexto europeu".

Neste momento, sublinhou Duarte Freitas, a Região está "a gerir o maior pacote de verbas comunitárias de sempre para a Madeira, aproveitando os instrumentos do Quadro Financeiro Plurianual e do Plano de Recuperação e Resiliência".

Em 2024, a Madeira registou taxas de execução superiores às metas, com destaque para os programas Madeira 14-20 – taxa de 105% face ao programado –, POSEUR – a execução regional, a 31 de Dezembro, correspondia a uma taxa de 107% –, MAC 14-20 – taxa de execução de 102%.

"Continuamos a defender junto das instituições europeias o reforço do envelope financeiro do POSEI, que se tornou insuficiente há vários anos, indispensável para assegurar o apoio adequado aos nossos agricultores", afirmou.

Em 2024, deu-se continuidade simultânea à execução do Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027 e do Plano de Recuperação e Resiliência 2021/2026. "Comparativamente ao desempenho nacional, as taxas de execução da Região, à data de 31 de Dezembro de 2024, apresentavam níveis particularmente expressivos".

Já neste mês de Julho, serão apresentadas as propostas para o próximo Quadro Financeiro Plurianual pós-2027. Duarte Freitas deixa claro que a Região não pode aceitar que, sob pretexto dos desafios que se colocam à Europa "se fragilize a política de coesão".

Rafael Nunes, do JPP, fez a primeira pergunta e acusou o Governo Regional de não ter conseguido, ao longo de décadas, cumprir os objetivos dos fundos de coesão que eram inverter indicadores económicos e sociais negativos.

O sector primário, diz Rafael Nunes, continua "totalmente depen-



Duarte Freitas esteve no parlamento para o debate anual sobre a União Europeia. FOTOS ALRAM/ROBERTO MATOS

dente dos fundos comunitários".

Lembrou, também, obras como o heliporto do Porto Moniz, a fábrica das moscas, na Camacha, ou o Penedo do Sono, no Porto Santo, e outras obras e utilização de fundos comunitários, como o PRODERAM, que "ainda estão na justiça" com "suspeitas de fraude".

Uma acusação que motivou uma reacção de Brício Araújo, do PSD, que desafiou Rafael Nunes a dirigir-se "ao Ministério Público e a apresentar as queixas que diz ter e deixar a justiça funcionar". O JPP, diz o deputado social-democrata, "não é a lei, nem é tribunal".

Sara Madalena, do CDS, questionou o secretário regional de Finanças sobre medidas que possam ser tomadas para atenuar os constrangimentos provocados pelo condicionamento dos aeroportos da Região, nomeadamente o recurso a fundos comunitários para obras no aeroporto do Porto Santo.

Ainda não há ferry

"Muito se fez, mas muito ainda há que fazer", conclui Miguel Castro, numa análise aos 40 anos de adesão à UE e os seus efeitos na Região. O líder do CH considera que ainda há muito a fazer para esbater a diferença do custo de vida

SECRETÁRIO MOSTROU NÚMEROS DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS COMUNITÁRIOS

numa região ultraperiférica.

Miguel Castro não compreende que, ao fim de 40 anos, por exemplo, a Madeira ainda "não tenha garantido uma ligação ferry com o continente europeu" e acusa o governo de não aproveitar os apoios comunitários.

Solução para o CINM

Gonçalo Maia Camelo questionou o secretário regional de Finanças sobre a situação da Zona Franca e do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

O deputado da IL lembrou que o IV Regime não foi prorrogado até 2030 pelo voto contra da esquerda, na Assembleia da República e que, assim, o modelo de funcionamento termina em 2028, o que não é atraente "para nenhuma empresa". "Queremos saber em que ponte é que estamos", pergunta o deputado que quer saber se haverá prorroga-

ção do actual modelo ou a negociação de um V Regime.

Duarte Freitas confirmou que voltará a ser tentada a prorrogação, na Assembleia da República e, para isso, pediu a colaboração dos outros partidos. O novo regime de funcionamento do CINM está em fase de negociação informal.

Madeira em "contracíclo"

Silvia Silva, do PS, acusou o Governo Regional de, no que diz respeito a questões ambientais e de política agrícola, apenas fazer de "fogo de vista", nomeadamente no clima, desempenho energético ou gestão de resíduos.

A deputada acusa o governo de, intencionalmente, ter "reduzido os rendimentos dos agricultores" para "dar à GESBA". A deputada pergunta se não foi por esta decisão do executivo madeirense que o Governo da República "vai apoiar os Açores e não a Madeira".

Uma "mala vazia"

A reunião entre Miguel Albuquerque e Luís Montenegro, na terça-feira, não foi esquecida no debate. Uma "mala vazia" foi o que, segundo Victor Freitas, o presidente do Governo Regional trouxe.

O deputado socialista não com-



■ Votos de pesar pela morte do músico Luís Jardim (PSD e JPP) - aprovados por unanimidade.

■ Voto de protesto pelas declarações anti-autonomistas do candidato presidencial almirante Gouveia e Melo (JPP) - rejeitado, com votos a favor de JPP e PS, abstenção do CH e votos contra de PSD, CDS e IL.

■ Proposta de lei para atribuição do subsídio de insularidade aos trabalhadores da administração central em funções na Região (PS) - aprovado por unanimidade.

■ Criação de um Fundo Regional de Ciência e Tecnologia (PS) - rejeitado, com votos a favor de PS e JPP, abstenção do deputado da IL e votos contra de PSD, CDS e CH.

■ Devolução do IVA às Instituições Particulares de Solidariedade Social (PSD) - aprovado por unanimidade.

■ Medida de combate à carência de iodo (PSD) - aprovado em votação final com abstenção de PS e IL.

■ Campanha de prevenção rodoviária (JPP) - aprovado por unanimidade em votação final.

preende que Miguel Albuquerque nada tenha dito sobre as parcelas a que a Madeira deveria ter direito nos apoios da UE para compensar prejuízos dos incêndios em Portugal, verbas para o sector primário ou os muitos milhões que Bruxelas disponibiliza para compensar o aumento das taxas anunciado pelo presidente dos Estados Unidos.

Desafio a Sérgio Gonçalves

Já no final do debate, Brício Araújo exigiu "explicações a Sérgio Gonçalves", o único eurodeputado madeirense. Em causa está a declaração conjunta de deputados de regiões ultraperiféricas que defendem um reforço do POSEI que garanta aumento das verbas para agricultura, pescas e transportes.

A declaração foi assinada pelos eurodeputados e 79 entidades, mas "os deputados do PS e Sérgio Gonçalves recusaram assinar". Brício Araújo exige explicações para a posição de um deputado que "deveria representar a Madeira".

A última intervenção foi do líder do PS-M, Paulo Cafôfo que fez um apelo à unidade na defesa dos interesses da Região e lamentou que o Governo Regional ignore o único deputado madeirense no Parlamento Europeu.